



# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

ANO 22 Nº 11  
Novembro de 2013

## O crédito e o papel dos bancos públicos

Desde o ano de 2004, há uma forte expansão do crédito no País. Assim como aparece como um dos determinantes para o ciclo de crescimento na última década, a expansão é também levantada como um dos fatores para o esgotamento desse processo. Tal esgotamento adviria da fragilização resultante tanto da excessiva parcela de crédito sobre o PIB, manifestada também no endividamento das famílias, quanto do peso das instituições públicas no total do Sistema Financeiro Nacional. A fim de compreender a recente evolução do crédito, cabe resgatarmos alguns pontos.

De 2004 a 2008, a economia brasileira cresceu, em média, 4,8%. Nesse mesmo período, o crédito total como proporção do PIB passou de 25,7% para 40,7%. É válido salientar que as instituições privadas lideraram esse movimento durante o período que antecedeu a crise, correspondendo a uma parcela de 64% do total do crédito ao fim de 2008, sendo os restantes 36% de origem pública.

No período seguinte, de 2009 a 2013, a expansão do crédito foi sustentada pelos bancos públicos, principalmente Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A ação conjunta dessas instituições foi responsável por sustentar o crédito no País e evitar um aprofundamento da crise decorrente de uma retração dos empréstimos por parte dos bancos privados. Como consequência, desde 2008, a participação das instituições públicas no total do crédito elevou-se a 50,7%, garantindo a continuidade do aumento da relação crédito/PIB, que passou para 55,5% em 2013.

Quando se questiona o esgotamento da expansão do crédito com relação ao PIB, deve-se ter em conta que a elevação desse índice desde 2004 segue, na verdade, um processo de normalização. Segundo dados do Banco Mundial, em 2012, o País apresentou índice inferior aos países desenvolvidos — que, em sua maioria, apresentam relação superior a 100% — além de China (134%) e Chile (73%). Por outro lado, o nível atual do Brasil é superior aos da Índia (51%), Rússia (48%) e México (28%).

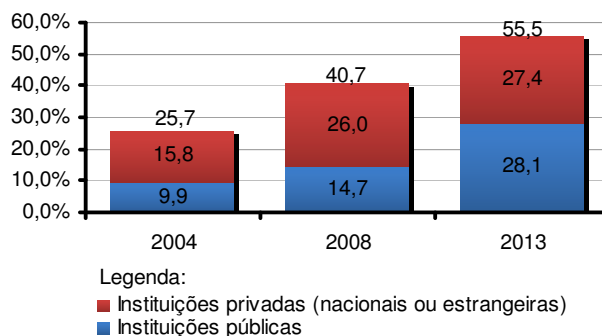
É necessário dizer que essa expansão do crédito foi um dos determinantes do comportamento econômico pós-crise, pois sustentou o crescimento da demanda ao longo do período, por meio tanto do consumo das famílias como do incentivo à construção civil. Essas atividades foram fundamentais para conter o reflexo da recessão que se manifesta em nível internacional, onde o setor bancário demonstrou ser o principal canal de transmissão. Dessa forma, pode-se dizer que a elevação da participação do crédito no PIB foi fundamental para a economia e que manifesta o desenvolvimento sólido do sistema financeiro nacional. Quanto à sustentabilidade dessa

expansão até o momento, os níveis de inadimplência nos últimos 12 meses mantêm-se estáveis ou decrescentes.

Já quando se questiona a elevada participação das instituições públicas no crédito, deve-se ressaltar que foi devido especificamente à expansão desse segmento que se conteve um maior impacto da crise sobre a economia. Acrescente-se ainda que a carteira dos bancos públicos é composta majoritariamente de empréstimos com perfil de baixo risco (habitacional e pessoa jurídica). Além disso, a presença de instituições públicas no Sistema Financeiro Nacional tem sido fundamental para permitir uma redução do custo de empréstimo para o tomador final. A utilização dos bancos públicos como ferramenta para iniciar a redução nas taxas de juros representa a necessidade de corrigir o diferencial que o custo de crédito no Brasil apresenta quando comparado internacionalmente.

Dessa forma, salienta-se a importância da expansão do crédito ao longo do período, e, dentro disso, a relevância dos bancos públicos, não só para sustentar a oferta de crédito após a crise, mas também na tentativa de adequar as taxas de juros a níveis condizentes com as praticadas internacionalmente. A expansão até o momento elevou o nível de endividamento, mas não prejudicou a qualidade geral dos empréstimos. Da mesma forma, os índices de capitalização dos bancos públicos mantêm-se acima dos requeridos. Contudo a magnitude da expansão creditícia apresentada desde 2004 dificilmente poderá ser repetida, devendo o setor financeiro, gradualmente, ajustar seu comportamento ao restante da economia, sem abdicar da utilização das ferramentas disponíveis para cumprir as exigências que o desenvolvimento econômico requer.

Relação e crédito/PIB, por tipo de instituição de origem, e total no Brasil — 2004, 2008 e 2013



FONTE: Bacen.

NOTA: Até setembro de 2013.

**Bruno Paim**  
Economista, Pesquisador da FEE

## O petróleo e a balança comercial

A diferença entre exportações e importações brasileiras tem sido positiva desde o ano 2000. O saldo, porém, obteve seu auge em 2006 e, desde então, vem caindo. De janeiro a setembro de 2013, a diferença entre exportações e importações foi negativa em US\$ 1,6 bilhão. Alguns elementos explicam esse fenômeno, tais como a redução dos preços de nossas exportações no mercado internacional, o contínuo aumento de importações, a manutenção do crescimento da demanda interna, a crise no *front* externo e uma taxa cambial valorizada, a despeito da recente depreciação. Ao se analisar as contas deste ano com mais profundidade, entretanto, é notório o saldo negativo na conta petróleo.

Considerando-se o petróleo e todos os seus derivados, o déficit comercial acumulado até setembro foi de US\$ 15,1 bilhões. Segmentando os principais produtos dessa conta, têm-se os déficits de US\$ 3,5 bilhões em petróleo bruto, de US\$ 3,5 bilhões em nafta, de US\$ 1,8 bilhão em gasolina, de US\$ 1,1 bilhão em querosene e de US\$ 1,0 bilhão em gás liquefeito de petróleo. Em *fuel-oil*, há superávit de US\$ 2,6 bilhões. Parte dessa monta justifica-se na contabilização defasada de importações realizadas em 2012, US\$ 4,6 bilhões, além da redução planejada da produção da Petrobras para manutenção de plataformas. Entretanto, o aumento da demanda de gasolina nos últimos anos é expressivo, derivado da elevação no preço do etanol e do crescimento na frota de veículos automotores.

Além do incremento no consumo, um elemento mais estrutural pode ser identificado. Em que pese à distinta caracterização de 2013, o País costuma ser um exportador líquido de petróleo bruto e importador de derivados. O saldo comercial de petróleo bruto, por exemplo, foi de US\$ 6,9 bilhões em 2012 e de US\$ 7,5 bilhões em 2011. Tal situação indica que não se consegue processar internamente todo o petróleo necessário para atender à necessidade do mercado. Desse modo, o País envia para o exterior a agregação de valor do processamento de petróleo. Esse fator é explicado pelos anos em que o Brasil ficou sem investir em refino — o País conta com 12 refinarias, sendo a mais recente de 1980.

No entanto, o alento para os anos vindouros está nas cinco novas edificações de refinarias. A primeira delas está prevista para ficar pronta em 2014, e a última, em 2018. Duas delas ainda estão em planejamento, incluindo a do Maranhão, que será uma das maiores do mundo. O processamento do petróleo ocorre também nos polos petroquímicos. Desses, o Brasil possui três, e mais dois estão em construção, um deles já parcialmente em operação, em Pernambuco, e o outro, no Rio de Janeiro, estará em funcionamento em 2014.

A exploração do pré-sal vai movimentar ainda mais a cadeia do petróleo. A depender da confirmação das reservas

potenciais, o Brasil pode figurar entre as 10 maiores reservas de petróleo do planeta. Os investimentos já estão sendo efetuados e dinamizam a economia brasileira. O setor naval e o de navieças obtiveram um crescimento significativo. No Rio Grande do Sul, o polo naval de Rio Grande revitalizou aquela região, e os rebatimentos já são sentidos nos números da cidade, que passou de sexto maior PIB municipal do Estado para o quarto em 10 anos.

Entre os anos de 2014 e de 2016, 11 novas plataformas entrarão em operação apenas nos blocos do pré-sal. De toda sorte, mais investimentos no setor fazem-se necessários. O campo de Libra, que pode ter 12 bilhões de barris recuperáveis, exigirá investimentos na ordem de US\$ 180 bilhões, principalmente em plataformas e embarcações. Serão necessárias, aproximadamente, 12 plataformas e quatro embarcações para cada plataforma. O pré-sal como um todo exigirá mais de US\$ 500 bilhões em investimento. Esse campo é o primeiro com o novo marco regulatório de partilha, em que as empresas dividem com o Governo o que for explorado, cedendo, no mínimo, 41,7% do que excede o custo. A mudança do marco regulatório visa ampliar a participação do Estado nos recursos advindos da exploração do petróleo.

Todos esses movimentos levarão o setor de petróleo e o naval a corresponderem a, aproximadamente, 20% da indústria de transformação nacional, segundo a revista **Valor Econômico**. Quando essas operações estiverem em plena maturidade, a conta do petróleo na balança comercial tenderá a apresentar um comportamento bastante distinto do de 2013.

Contas externas do petróleo do Brasil — jan.-set./13

PRODUTOS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO COMERCIAL
Petróleo bruto ....	8,6	12,1	-3,5
Gasolina .....	0,2	2,0	-1,8
Nafta .....	0,0	3,5	-3,5
Querosene .....	0,1	1,1	-1,1
GLP .....	0,0	1,0	-1,0
<i>Fuel oil</i> .....	2,6	0,0	2,6
Outros .....	0,8	7,7	-6,9
<b>TOTAL</b> .....	12,3	27,4	-15,1

FONTE: MDIC.

**Róber Iturriet Avila**  
Economista, Pesquisador da FEE

## O crescimento das exportações para a África

A África tem 54 países e cerca de 1,1 bilhão de habitantes. É a região com a maior concentração de pobreza do mundo, com 47,5% da população vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia. No entanto, entre 2000 e 2012, a economia africana cresceu anualmente a uma taxa superior à média mundial — 5,04% contra 3,64% — e, atualmente, é considerada a nova fronteira de expansão do capitalismo. Conforme o FMI, na próxima década, dos 10 países com maior crescimento econômico, sete serão africanos. Outro exemplo do potencial dessa economia foi ressaltado recentemente em um estudo do Banco Mundial: existem, na África Subsaariana, cerca de 202 milhões de hectares de terras aráveis, mas incultas, o que representa cerca de 50% do total de terras nessas condições existentes no mundo.

Desde o final do século passado, mas de forma mais incisiva a partir de meados da década atual — com o aprofundamento de sua estratégia geopolítica de privilegiar o alinhamento Sul-Sul —, o Brasil buscou incrementar o relacionamento com a África. Essa tarefa foi facilitada pelas afinidades históricas, culturais e mesmo geográficas — de clima e solo — que ligam o País a diversas nações africanas. Entre 2002 e 2012, o número de embaixadas brasileiras localizadas naquela região subiu de 17 para 37, e o de embaixadas africanas no País, de 16 para 33.

O desenvolvimento comercial entre o Brasil e a África caminhou *pari passu* ao seu relacionamento diplomático. As compras africanas, que representavam 2,44% do total das exportações brasileiras em 2000, passaram a representar 5,03% em 2012. Já sobre o total das exportações gaúchas, a

participação africana elevou-se de 2,54% para 7,62% entre os dois anos considerados. Ademais, as exportações oriundas do Brasil e do RS evoluíram num ritmo superior ao das compras africanas no resto do mundo, de modo que o País e o Estado ganharam fatias daquele mercado.

A carência alimentar e a falta de infraestrutura do continente africano estimularam as exportações brasileiras tanto dos produtos agropecuários e minerais — açúcar, carnes bovina e de aves, milho e minério de ferro — como daqueles de maior valor agregado — tratores, veículos para transporte de mercadorias, óleo de soja, aviões e partes e acessórios de veículos. Já o RS concentrou suas vendas externas nos produtos agropecuários — carne de aves, tabaco, arroz, trigo e derivados de carne — e nos da indústria metal-mecânica — tratores, partes e acessórios de veículos, outras máquinas agrícolas e reboques e semirreboques.

Para o RS, foi muito significativa a expansão das vendas de arroz, tratores e demais máquinas agrícolas para o mercado africano. No caso do cereal, porque, no Brasil, o arroz gaúcho vem sofrendo forte concorrência da produção dos outros países do Mercosul. E, no caso das máquinas agrícolas, porque, ultimamente, a instalação de novas plantas desses bens na Argentina vem não só encurtando o tamanho daquele mercado para os produtos gaúchos, como também capacitando empresas do país vizinho a competirem em terceiros mercados.

**Álvaro Antônio Garcia**  
Economista, Técnico da FEE

## Sindicalização por setor da atividade no período 2002-11

A taxa de sindicalização, que representa a parcela dos empregados associados a sindicato, é um indicador do poder relativo dos sindicatos em uma economia.

Analisando-se o período 2002-11, verifica-se que a taxa de sindicalização total no Brasil atingiu 19,5% do total de empregados em 2011. Esse valor representa um recuo de 1,3 ponto percentual em relação a 2002. Observe-se que o declínio do associativismo ocorreu apenas depois de 2006, anos marcados pela crise financeira internacional. Na primeira metade da década, observou-se, ao contrário, uma elevação de 1,9 ponto percentual desse índice — o qual passou de 20,8% em 2002 para 22,6% em 2006.

Um ponto a ser destacado são os diferenciais de sindicalização entre segmentos da atividade produtiva. Em 2011, os mais elevados níveis de associativismo foram encontrados na educação, na saúde e nos serviços sociais, na indústria de transformação, na administração pública, e no ramo de transporte, armazenagem e comunicação. Já os segmentos de alojamento e alimentação, de outros serviços coletivos, sociais e pessoais e de construção foram os que registraram as menores taxas de sindicalização.

Outra constatação é a de que, ao longo do período em estudo, apenas três dos setores econômicos examinados apresentaram crescimento do associativismo. A taxa de sindicalização elevou-se na agricultura (3,1 pontos percentuais), na construção (1,5 ponto percentual) e na indústria de transfor-

mação (0,9 ponto percentual). Nos demais segmentos econômicos, houve relativa estabilidade da taxa — os casos de comércio e reparação e de alojamento e alimentação — ou queda. Os recuos mais pronunciados ocorreram nas áreas de transportes, armazenagem e comunicação (-7,6 pontos percentuais), outros serviços coletivos sociais (-3,3 pontos percentuais) e administração pública (-3,0 pontos percentuais).

Cabe salientar ainda que, na primeira metade do período, todos os segmentos econômicos apresentaram crescimento ou, pelo menos, se mantiveram relativamente estáveis — como é o caso de transporte, armazenagem e comunicação. Já na segunda metade, registrou-se resultado negativo na taxa de sindicalização da maioria dos segmentos considerados. A maior queda ocorreu na área de transportes, armazenagem e comunicação (-8,0 pontos percentuais). Na agricultura e no setor de construção, a sindicalização permaneceu relativamente estável.

Poder-se-ia destacar, finalmente, que, considerando o peso relativo dos empregados sindicalizados nos diferentes setores econômicos, é possível atribuir o recuo da taxa de sindicalização total à queda experimentada pelo associativismo nas áreas de educação, saúde e serviços sociais, de outras atividades e da administração pública.

**Walter Arno Pichler**  
Sociólogo, Pesquisador da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — abr.-set./13

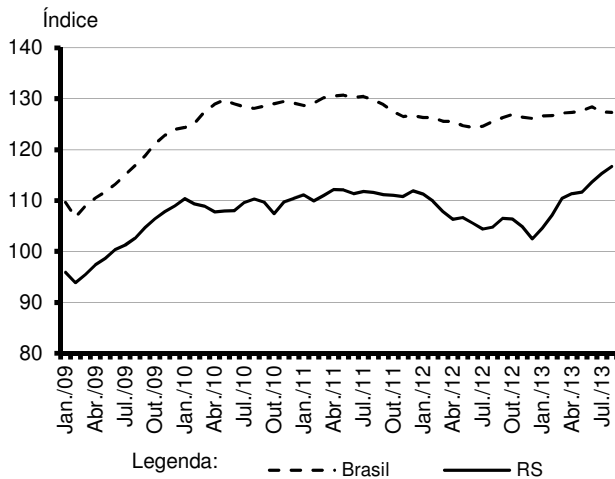
MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Abr./13	0,55	2,50	6,49	0,15	0,99	7,30
Mai./13	0,37	2,88	6,50	0,00	0,99	6,22
Jun./13	0,26	3,15	6,70	0,75	1,75	6,31
Jul./13	0,03	3,18	6,27	0,26	2,02	5,18
Ago./13	0,24	3,43	6,09	0,15	2,17	3,85
Set./13	0,35	3,79	5,86	1,50	3,70	4,40

FONTE: IBGE.

FONTE: Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-ago/13

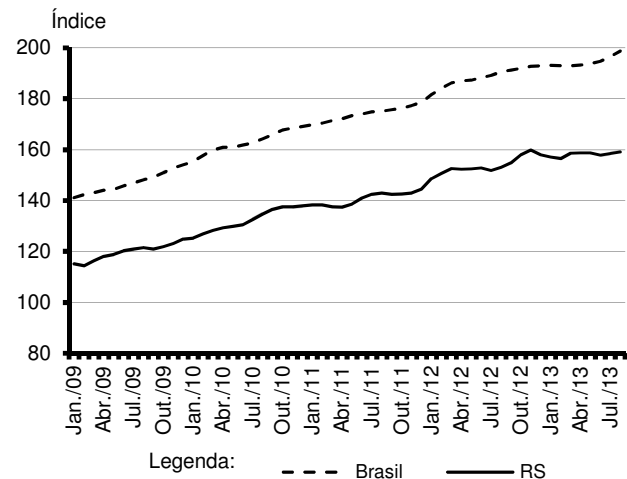


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-ago/13



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — abr.-set./13

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Abr./13	Mai./13	Jun./13	Jul./13	Ago./13	Set./13		
Taxa de câmbio (US\$) (2) .....	2,00	2,03	2,17	2,25	2,34	2,27	2,12	2,10
Taxa de câmbio efetiva real (3) .....	83,5	84,6	90,0	93,8	98,3	94,9	88,7	88,6
Taxa básica de juros (% a.a.) (4) .....	7,50	8,00	8,00	8,50	9,00	9,00	7,97	7,79
Superávit primário (% do PIB) .....	-2,7	-1,4	-1,3	-0,6	0,1	2,3	-1,3	-1,6
Balança comercial (US\$ milhões) .....	-990	761	2.305	-1.899	1.224	2.146	-1.608	2.103
Exportações (US\$ milhões) .....	20.631	21.822	21.134	20.807	21.424	20.996	177.650	239.634
Importações (US\$ milhões) .....	-21.621	-21.061	-18.829	-22.705	-20.200	-18.850	-179.259	-237.531
Transações correntes (US\$ milhões) .....	-8.256	-6.378	-3.911	-8.986	-5.492	-2.629	-60.416	-80.507

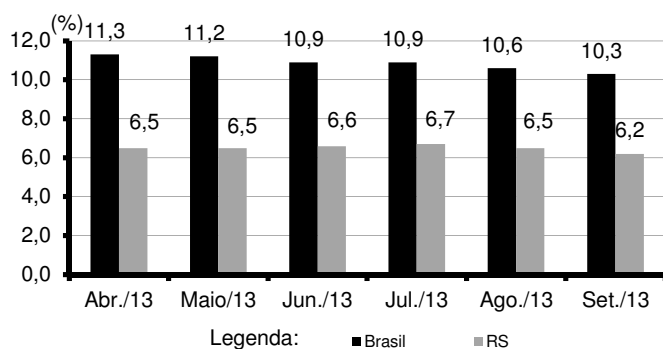
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

## Carta de Conjuntura - Ano 22 nº 11

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — abr.-set./13



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.  
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-out./13

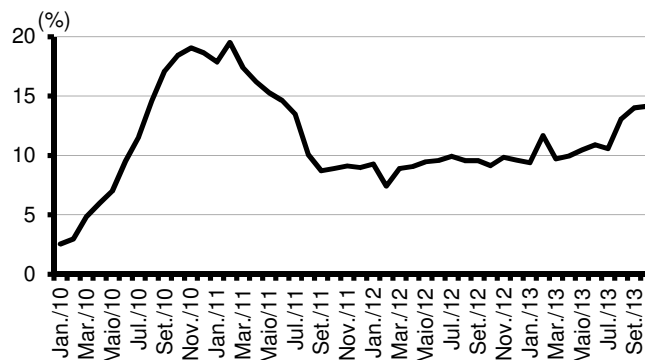


Tabela 3

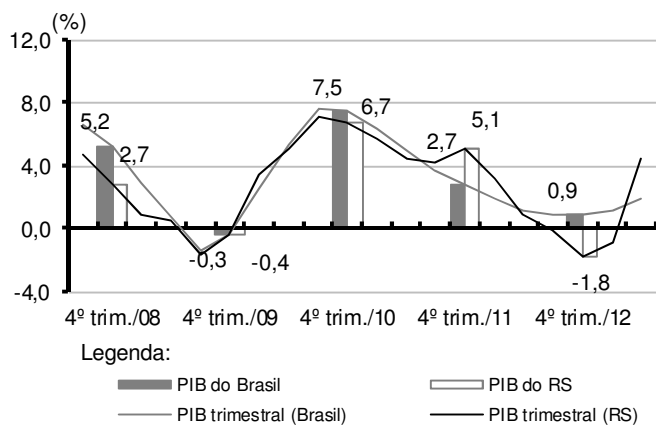
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — abr.-set./13

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Abr./13	5.262	71.468	7,4	3,1	-4,3	-0,3	-0,3	3,5	-4,0
Mai./13	7.529	93.290	8,1	10,9	-4,7	8,2	-0,2	2,8	-4,4
Jun./13	11.150	114.424	9,7	30,9	-2,4	10,3	3,6	15,4	-5,5
Jul./13	13.026	135.231	9,6	26,6	-2,2	9,5	3,6	13,2	-5,4
Ago./13	15.393	156.655	9,8	27,0	-2,5	12,9	3,6	11,2	-5,6
Set./13	17.505	177.650	9,9	28,6	-1,6	16,4	4,1	9,6	-5,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

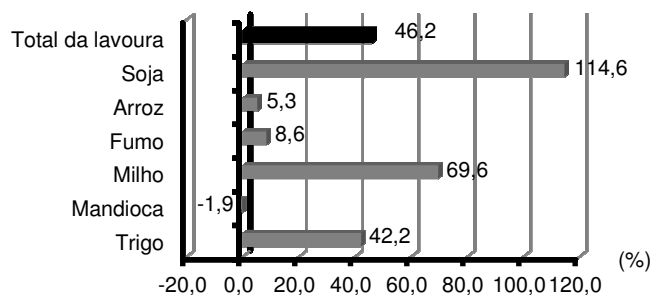
Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 3º trim./08-2º trim./13



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — set./13



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FONTE: FEE/CIE/NIS.

## Segurança Alimentar e Nutricional e o combate à fome

Os dados divulgados pelo relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) revelam que, nos últimos 20 anos, o número de pessoas subnutridas no País se reduziu de 22,8 milhões para 13,6 milhões (queda de 40,4%), atingindo-se, assim, a primeira meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), criada pela ONU para diminuir a fome no mundo. Pela meta, o País deveria reduzir em 50% a proporção de pessoas que enfrentam fome até 2015. Em 1990, 15% da população total do País estavam nessa situação, e, no ano de 2012, esse percentual caiu para 6,9%, o que significou um declínio de 54%.

Essa expressiva queda deveu-se, em grande medida, à implementação de diversas políticas públicas que colocaram a superação da fome e a erradicação da pobreza extrema como meta de Governo. Dentre elas, destacam-se o aumento real do salário mínimo, os programas de transferência de renda (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada) e os programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Estes últimos ganharam maior visibilidade na agenda política do País no ano de 2010, quando o Direito Humano à Alimentação Adequada foi incluído na Constituição Federal, no âmbito dos direitos sociais.

A política nacional de SAN tem como objetivo coordenar e integrar as diversas iniciativas do Governo Federal com os estados e os municípios em ações e programas que visam garantir o direito da população a uma alimentação adequada.

Entre essas ações, encontram-se a instalação de equipamentos públicos de SAN, que são: as cozinhas comunitárias, os restaurantes populares e os bancos de alimentos.

As cozinhas comunitárias têm como objetivo produzir e distribuir refeições adequadas para pessoas em situação de vulnerabilidade social; os restaurantes se destinam a proporcionar alimentação saudável a preços acessíveis; e os bancos de alimentos têm como finalidade receber doações de alimentos, que serão encaminhados a instituições da sociedade civil sem fins lucrativos. No País, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), existem 150 cozinhas comunitárias, 85 restaurantes populares e 74 bancos de alimentos em funcionamento, enquanto, no Rio Grande do Sul, são 20, 5 e 5 respectivamente, seguindo as orientações desse órgão, o que ainda é muito pouco. A expectativa é de que aumente o número desses equipamentos públicos. O “Programa RS Mais Igual” — programa estadual de erradicação da pobreza extrema —, por exemplo, dentre seus projetos, prevê a ampliação do número de cozinhas comunitárias. Todavia a política de SAN está em construção, e, apesar dos avanços obtidos, principalmente na área institucional, a situação de insegurança alimentar ainda persiste no País, sobretudo nas regiões mais pobres.

**Isabel Ruckert**

**Economista, Pesquisadora da FEE**

## Matrículas públicas na educação profissional e tecnológica

Na última década, foi incentivada a qualificação da mão de obra necessária para acompanhar e estimular o desenvolvimento socioeconômico do País. Em 2011, o número de matrículas na educação profissional era de 1.250.900, sendo a participação da rede pública (municipal, estadual e federal) de 53,5%. No RS, a matrícula abarcava 94.184 estudantes, e a participação da rede pública era levemente inferior à do Brasil, 51,1%.

Em relação às matrículas da educação tecnológica (nível superior), essas chegavam a 870.534 no Brasil e a 52.667 no RS. A participação da esfera pública no total dessa matrículas no Brasil (14,8%) e no RS (13,8%) era pouco significativa, embora a administração federal tenha dado à educação tecnológica, nos últimos anos, uma atenção especial, com o aporte

de recursos do MEC para a implantação dos cursos tecnológicos tanto no RS como no restante do País. O lançamento, em 2011, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) reforçou a oferta de vagas da educação profissional técnica de nível médio e possibilitou o acesso gratuito aos cursos de curta duração da iniciativa privada. O seu objetivo é ofertar, em quatro anos, até 3,5 milhões de bolsas para jovens de ensino médio e trabalhadores e garantir que 8 milhões de pessoas se qualifiquem para o mercado de trabalho.

Com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), o Governo Federal tem reforçado o ensino profissional e tecnológico, articulando-os com o desenvolvimento regional e local.

Matrícula total e proporção de matrículas nas redes pública e privada, na educação profissional e tecnológica, no Brasil e no RS — 2011

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL					RIO GRANDE DO SUL				
	Total	Rede Pública		Rede Privada		Total	Rede Pública		Rede Privada	
		Número	%	Número	%		Número	%	Número	%
Educação profissional (1)	1.250.900	669.761	53,5	581.139	46,5	94.184	48.140	51,1	46.044	48,9
Educação tecnológica (2)	870.534	128.533	14,8	742.001	85,2	52.667	7.247	13,8	45.420	86,2

FONTE: MEC/INEP.

(1) Inclui matrículas no ensino médio integrado à educação profissional (para os alunos que fazem o médio profissional com uma só matrícula) e matrículas no ensino médio profissional, nas formas concomitante (para os alunos que fazem o médio com matrículas distintas para os dois cursos) e profissional subsequente (para alunos que já possuem diploma de ensino médio). (2) Cursos presenciais e à distância.

**Salvatore Santagada**  
**Sociólogo, Pesquisador da FEE**

## EUA: austeridade — e estagnação — à vista?

Assim como não anda fácil a vida para os milhares de norte-americanos, que após os efeitos da crise de 2007 passaram pelo maior declínio nas condições financeiras desde 1929, o mesmo pode ser dito sobre o governo de Barack Obama. As recentes discussões acerca do orçamento governamental e de uma nova elevação no teto da dívida federal são mais um tempestuoso ingrediente político a se adicionar às infindáveis dificuldades enfrentadas pelo País para a manutenção de sua atividade econômica sem o auxílio dos trilionários pacotes de estímulo postos em prática pelo Governo e o FED. Ao indicar que a austeridade é assunto predominante na agenda política de ambos os partidos, tal recuperação mostra-se mais distante.

O ano de 2013 realmente foi duro para o governo democrata. Logo em janeiro, predominaram as discussões sobre as nefastas consequências de a economia norte-americana cair no chamado “abismo fiscal”, ou seja, uma forte contração no produto, derivada do corte de diversas medidas de estímulo fiscal e de alívios aos contribuintes. Como na discussão atual, a solução foi costurada em cima da hora e envolveu o cancelamento de alguns benefícios e a postergação no corte de outros, além de um aumento na alíquota mais elevada do imposto de renda norte-americano. Discussões acerca da inevitável necessidade de elevação do teto da dívida foram deixadas para outubro, mês em que ele novamente seria atingido.

Porém, mesmo com todas as dificuldades apresentadas, a economia norte-americana obteve alguns dados positivos. A taxa de desemprego caiu constantemente, embora tal fato venha acompanhado de aumento no subemprego e da precarização das condições de trabalho, além da diminuição na População Economicamente Ativa e na renda média do trabalho. A desalavancagem dos orçamentos familiares perdeu um pouco de intensidade, embora as famílias ainda apresentem um grande nível de endividamento. A indústria manufatureira, pela primeira vez em anos, teve aumento na participação relativa do emprego e, juntamente com a possibilidade da instalação de uma indústria de extração em massa do gás do xisto, alimentou sonhos de uma reindustrialização, o que também colaboraria para diminuir a dependência de importação de petróleo e para aliviar o déficit em transações correntes. Somado a isso, a situação das grandes corporações norte-americanas é boa, com aumento nos lucros — embora com grande parte advinda do exterior e resultado de contrações nos custos salariais — e reservas em caixa.

Nesse contexto, verificou-se uma tendência otimista entre diversos analistas, inclusive com o FMI revisando para cima as previsões para o PIB. O clima contagiou o FED, que já sinalizava, em maio, a possibilidade de, em setembro, iniciar a retirada gradual de seu programa mensal de recompras de títulos — o Quantitative Easing —, o que foi suficiente para um verdadeiro alvoroço nos mercados de câmbio internacionais.

Porém, novamente, as previsões otimistas quanto ao crescimento no produto e a intensidade na diminuição do desemprego não se concretizaram. Em outubro, o FED anunciou a manutenção de seu programa de estímulo e o Congresso, ao não aprovar a tempo o seu orçamento, trouxe uma paralisia parcial ao Governo Federal, algo que não acontecia há 15 anos. Quase um milhão de funcionários públicos foram

temporariamente dispensados, em direito à remuneração, e até mesmo a Estátua da Liberdade foi fechada aos turistas. O “*obamacare*”, ambicioso projeto de implantação de um sistema público de saúde e uma das principais bandeiras democratas, ficou ainda mais distante de sua aprovação no atual cenário político. Contraditoriamente, poucas semanas antes da paralisia governamental discutia-se uma ação militar dos EUA na Síria, que, por pouco, não saiu do papel. Para um governo com imensas dificuldades em aprovar seu orçamento pela suposta necessidade de cortar gastos, uma incursão militar seria uma prioridade, no mínimo, discutível.

Após duas semanas de paralisia e incerteza, o acordo foi costurado, o orçamento foi aprovado, e o limite da dívida ganhou sobrevida de mais alguns meses. Porém, há a promessa de cortes de gastos no futuro. Dentro dessa perspectiva, alguns pontos preocupantes vieram à tona.

O primeiro é que os EUA parecem fadados a rumar para um período de austeridade. Se, nos primeiros anos após a crise, o gasto do Governo foi fortemente ampliado, transformando-se no principal estímulo ao crescimento, desde 2012 a diminuição de sua atuação contribuiu para o arrefecimento do produto. Logo, para acelerar a recuperação da economia, seria necessária uma ampliação da ação estatal, e não os cortes que têm sido feitos, que atingem inclusive áreas prioritárias como infraestrutura e P&D — em que o gasto estatal correspondia a cerca de 60% do total, mas vem declinando —, o que pode vir a prejudicar a competitividade da economia. Segundo o último relatório do Levy Institute, a redução no déficit fiscal do Governo Federal já impediu que a economia dos EUA alcançasse as previsões de crescimento e emprego do Governo, e o prosseguimento em sua redução poderá fazer com que o PIB caia em 2014. Segundo recente matéria da **The Economist**, a paralisia do Governo trouxe um efeito imediato de queda de 0,4% no PIB trimestral, conta que deve ampliar-se com a mensuração total dos seus efeitos.

O segundo ponto é que, não sendo possível para os EUA alcançarem uma rota de crescimento robusto, o País não terá como exercer a função de locomotiva mundial. A necessidade de recuperação dos EUA, para que o mundo volte a crescer no padrão do início do século XXI, parece contaminar diversos analistas, que veem com otimismo os resultados mais modestos que a economia apresenta. A atual onda de incerteza trazida pelos recentes eventos conduz as previsões econômicas para mais perto da realidade. Dificilmente uma expansão em curto prazo do produto global será puxada pela nação mais poderosa do mundo.

E, em meio a brigas políticas, o principal problema a retardar a recuperação da economia dos EUA é deixado de lado: as famílias seguem muito endividadas e veem suas perspectivas para o futuro piorarem com os diversos cortes nos programas de assistência social, reduções salariais e precarização no emprego, o que faz com que o consumo não se amplie e o PIB apresente padrão estagnante. A austeridade vem como mais uma força a intensificar tal padrão.

**Augusto Pinho de Bem**  
Economista, Pesquisador da FEE



## PIB *per capita* e sua decomposição

Em 2012, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do Rio Grande do Sul foi de R\$ 27.514, 22,8% acima dos R\$ 22.402 do Brasil. No entanto, nos últimos 10 anos (2003 a 2012), o indicador do Estado cresceu 20,9%, abaixo do crescimento nacional, que foi de 27,5%. Para entender melhor as causas básicas dessa diferença, pode-se decompor a variação do PIB *per capita* em duas relações: produtividade do trabalho — PIB/Pessoal Ocupado (PO) — e taxa de ocupação total (Pessoal Ocupado/População). Ou seja, o PIB *per capita* cresce pelo aumento da produtividade das pessoas já empregadas ou pela incorporação de novos trabalhadores ao processo produtivo. Utilizaram-se, nesta análise, informações das Contas Nacionais, das Contas Regionais, das projeções populacionais e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), todas as pesquisas com fonte no IBGE e na FEE.

No caso do Rio Grande do Sul, quase a totalidade do incremento do PIB *per capita* nesse período foi resultado do aumento da produtividade do trabalho, de 18,9%. O restante do crescimento teve como fonte a incorporação de uma parcela maior da população na produção (1,7%), seja na agropecuária, na indústria, ou nos serviços. Os dados estudados ainda mostram que o incremento de pessoal ocupado no Estado esteve mais relacionado à redução do desemprego do que ao ingresso de mais pessoas na PEA (População Economicamente Ativa), aquele contingente da população que está no mercado de trabalho. Segundo os dados da PNAD, a PEA cresceu 5,5% durante os 10 anos, e o pessoal ocupado no Estado, 7,9%. Como resultado, a taxa de desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), passou, de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), de 15,3% em 2002 para 7,0% em 2012.

Quanto à média nacional, o aumento do PIB *per capita* em 27,5% também teve o crescimento da produtividade do trabalho (18,4%) como principal fonte. Mas, ao contrário do Rio Grande do Sul, o crescimento da relação entre PO e população total (7,7%) teve maior peso na explicação da variação da renda brasileira por habitante. Ou seja, no caso do Brasil, quase um terço do aumento do PIB *per capita* adveio da incorporação de mais trabalhadores na produção. Para tanto, a PEA cresceu 16,3% no período, e o pessoal ocupado, 20,0%.

De modo geral, portanto, o crescimento da produtividade do trabalho foi praticamente o mesmo no Rio Grande do Sul (18,9%) e no Brasil (18,4%), entre 2002 e 2012. A explicação para o diferencial da maior variação nacional do PIB *per capita* encontra-se no aumento superior do número de novos trabalhadores incorporados

ao processo produtivo no Brasil relativamente ao Estado. Isso não quer dizer que a população brasileira, de modo geral, se sentiu mais atraída pelo mercado de trabalho do que a gaúcha. A explicação é de natureza demográfica e possui duas razões principais. A primeira é que a população gaúcha cresceu menos que a média nacional no período (6,1% contra 11,5% respectivamente). E, em segundo lugar, a estrutura etária dos habitantes do Rio Grande do Sul é diferente da do Brasil, com menores parcelas relativas de idosos e de crianças. O resultado foi que o crescimento da PEA acabou sendo menor no Estado, na comparação com o Brasil.

Sendo assim, o menor crescimento do PIB *per capita* do Rio Grande do Sul em relação ao nacional não pode ser explicado pela menor produtividade do trabalho, mas, sim, pela menor disponibilidade de mão de obra apta a trabalhar e a se incorporar no processo produtivo. E ainda, não por razões estritamente econômicas, mas demográficas, cujo principal motivo é a menor taxa de fecundidade registrada no Estado.

Para o futuro, surgem duas implicações. A primeira é que será cada vez mais difícil, dada a condição demográfica do Estado, aumentar a oferta de mão de obra, o que é visível nos dados da PEA. A segunda implicação é que o aumento da produtividade, seja na agricultura, na indústria ou nos serviços, ganhará ainda mais importância na economia gaúcha, tornando-se a peça-chave para o incremento do padrão de vida da população do Estado.

Positivamente, observa-se que, nos últimos 10 anos, a produtividade gaúcha vem crescendo, mesmo que pouco, acima da nacional. E, por outro lado, como reflexo da estrutura demográfica e do crescimento econômico, a taxa de desemprego da RMPA tem sido a menor entre as seis regiões metropolitanas pesquisadas mais o Distrito Federal (7,0% contra 10,5% em 2012).

Taxas de crescimento do PIB *per capita*, da produtividade do trabalho (PIB/PO) e da taxa de ocupação sobre a população (PO/População) no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2002-12

ESTADO E PAÍS	PIB/POPULAÇÃO	PIB/PO (1)	PO/POPULAÇÃO
RS .....	20,9	18,9	1,7
<b>Brasil</b> .....	27,5	18,4	7,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, FEE.

(1) PO = Pessoal Ocupado.

**Martinho Lazzari**  
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 01.11.13).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.



**Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

**Conselho Editorial:** André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Míriam De Toni e Martinho Roberto Lazzari.

**Núcleo de Dados:** Renan Xavier Cortes.

**Editoração:** Susana Kerschner (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

**Fundação de Economia e Estatística**  
**Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br